

Artigo

Violência doméstica invisível: uma revisão integrativa da literatura sobre violência psicológica, moral e patrimonial

Invisible domestic violence: an integrative review of literature on psychological, moral, and property violence

Violencia doméstica invisible: una revisión integradora de la literatura sobre violencia psicológica, moral y patrimonial

Élika Nauanna Henrique Santos¹

Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF.

 <https://orcid.org/0009-0004-4092-6112>

✉ elikanauanna@gmail.com

Maria Inez Montagner²

Universidade de Brasília, Brasília, DF.

 <https://orcid.org/0000-0003-0871-7826>

✉ inezmontagner@hotmail.com

Myrian Caldeira Sartori³

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Brasília, DF.

 <https://orcid.org/0000-0002-0127-2409>

✉ myrian.sartori@gmail.com

Submissão em: 04/01/25

Revisão em: 29/09/25

Aprovação em: 06/10/25

Resumo

Objetivo: realizar uma revisão integrativa da literatura científica acerca da violência doméstica nas dimensões psicológica, moral e patrimonial, com enfoque em compreender os impactos dessas formas de violência não física sobre as vítimas e as respostas institucionais e comunitárias. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa de caráter qualitativo, realizada na base de dados *Scientific Electronic Library Online*. A busca, conduzida com filtros específicos, resultou em 141 publicações. Após análise criteriosa dos títulos, resumos e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão preestabelecidos, foram selecionados 28 artigos para análise detalhada. **Resultados:** observou-se a predominância de estudos voltados à violência psicológica (96,5%), seguida da violência patrimonial (28,5%) e, por fim, da violência moral (25%), frequentemente abordada de maneira implícita nos trabalhos. Apesar da ênfase significativa em violência psicológica, evidencia-se a lacuna no aprofundamento teórico e empírico das três formas de violência não física, indicando a necessidade de abordagens mais integradas que considerem simultaneamente os aspectos emocionais, sociais e econômicos da violência doméstica. **Conclusão:** as formas de violência analisadas, embora muitas vezes invisíveis, ocasionam repercussões profundas na saúde mental das vítimas, impactando seu bem-estar, autonomia e inserção social. Esses achados reforçam a urgência de expandir o escopo de

¹ Graduada em Biomedicina, Faculdade Anhanguera de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

² Doutora em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Professora Associada III, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

³ Mestra em Administração Pública, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Técnica Judiciária, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Brasília, DF, Brasil.

pesquisas acadêmicas sobre violências não físicas e de desenvolver políticas públicas e práticas de intervenção que atuem de forma integrada, garantindo proteção efetiva e promoção da equidade de gênero.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Violência contra a Mulher; Abuso Psicológico; Violência Patrimonial; Violência Moral.

Abstract

Objective: to conduct an integrative review of the scientific literature on domestic violence in its psychological, moral, and patrimonial dimensions, aiming to understand the impacts of these non-physical forms of violence on victims' and the institutional and community responses. **Methodology:** this is a qualitative integrative literature review conducted using the Scientific Electronic Library Online database. The search, conducted with specific filters, resulted in 141 publications. After careful examination of titles and abstracts and the application of predetermined inclusion and exclusion criteria, 28 articles were selected for detailed analysis. **Results:** a predominance of studies on psychological violence was observed (96.5%), followed by patrimonial violence (28.5%) and, lastly, moral violence (25%), often addressed implicitly. Despite the significant focus on psychological violence, there is a clear gap in research that simultaneously investigates all three forms of non-physical violence, highlighting the need for integrative approaches that consider emotional, social, and economic dimensions. **Conclusion:** although often invisible, these forms of violence exert profound effects on victims' mental health, well-being, autonomy, and social integration. The findings underscore the urgency of expanding academic research on non-physical violence and developing public policies and interventions that act comprehensively, ensuring effective protection and promoting gender equity.

Keywords: Domestic Violence; Violence against Women; Psychological Abuse; Patrimonial Violence; Moral Violence.

Resumen

Objetivo: realizar una revisión integrativa de la literatura científica sobre la violencia doméstica en sus dimensiones psicológica, moral y patrimonial, con el propósito de comprender los impactos de estas formas de violencia no física sobre las víctimas y las respuestas institucionales y comunitarias. **Metodología:** se trata de una revisión integrativa cualitativa, realizada en la base de datos *Scientific Electronic Library Online*. La búsqueda, realizada con filtros específicos, arrojó un total de 141 publicaciones. Tras un análisis cuidadoso de títulos y resúmenes y la aplicación de criterios de inclusión y exclusión preestablecidos, se seleccionaron 28 artículos para análisis detallado. **Resultados:** se observó una predominancia de estudios centrados en la violencia psicológica (96,5%), seguida de la violencia patrimonial (28,5%) y, finalmente, la violencia moral (25%), abordada con frecuencia de manera implícita. A pesar del enfoque significativo en violencia psicológica, se identifica una brecha en la investigación que aborde simultáneamente las tres formas de violencia no física, evidenciando la necesidad de enfoques integrales que consideren dimensiones emocionales, sociales y económicas. **Conclusión:** estas formas de violencia, aunque a menudo invisibles, generan impactos profundos en la salud mental, bienestar, autonomía e integración social de las víctimas. Los hallazgos subrayan la urgencia de ampliar la investigación académica sobre violencia no física y de desarrollar políticas públicas e intervenciones que actúen de manera integral, garantizando protección efectiva y promoviendo la equidad de género.

Palabras clave: Violencia Doméstica; Violencia contra la Mujer; Abuso Psicológico; Violencia Patrimonial; Violencia Moral.

Introdução

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁽¹⁾ do ano de 2024, o Brasil tem vivenciado um aumento nos casos de violência contra a mulher ao longo dos últimos anos. Foram contabilizados 1.238.208 registros de boletins de ocorrência de diversos tipos de violências direcionados às mulheres, incluindo agressões físicas no contexto da violência doméstica (258.941 registros), violência psicológica (38.507 registros), abuso sexual (72.454 registros), perseguição (77.083 registros), ameaça (778.921 registros) e os crimes de homicídio de mulheres (2.463 registros) e feminicídio (1.467 registros), além das tentativas de ambos (8.372 registros).

É importante salientar que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os dados supracitados não refletem a totalidade dos casos, uma vez que uma parcela das violências não é reportada, seja pela falta de acesso da vítima para realizar a denúncia, seja pela naturalização da violência contra a mulher pela sociedade⁽¹⁾. Como destaca Minayo⁽²⁾, a violência social, incluindo a doméstica, deve ser compreendida como um grave problema de saúde pública, pois afeta não apenas a integridade física, mas, também, a saúde mental e emocional das vítimas. A autora ressalta que muitas dessas violências permanecem invisíveis aos sistemas de notificação, compondo o que se denomina “cifra oculta da criminalidade”.

Com base nos dados presentes no Anuário⁽¹⁾, no contexto da violência doméstica, foram contabilizados 848.036 acionamentos da Polícia Militar por meio do 190 e realizados 663.704 pedidos de medidas protetivas de urgência, representando um aumento de 21,3% em relação a 2022. Destaca-se que 84,2% dos casos de feminicídio foram perpetrados por parceiros íntimos, atuais ou ex-parceiros, e 63,3% dos crimes ocorreram no domicílio da vítima.

Quanto aos crimes de ameaça, violência psicológica e perseguição, estes ocorrem em diversos contextos, sendo que a maioria acontece no ambiente domiciliar da vítima⁽¹⁾. A partir dos dados já citados, percebe-se que a violência doméstica é um fenômeno escalável, que geralmente começa por pequenas agressões, nem sempre físicas, mas que podem culminar na morte da vítima^(1,3).

Diante da gravidade e da recorrência dos casos de violência doméstica, torna-se essencial destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, § 8º, reconhece o dever do Estado de criar mecanismos para coibir a violência nas relações familiares. Esse dispositivo constitucional estabelece a base para políticas públicas e legislações específicas voltadas à proteção da vítima, como a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha⁽⁴⁾.

A referida Lei nº 11.340⁽⁴⁾, publicada em 7 de agosto de 2006, denominada Lei Maria da Penha — nome dado em homenagem a Maria da Penha, vítima de tentativa de feminicídio que lutou por justiça — conceitua a violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e dano moral ou patrimonial”.

As violências podem ocorrer no âmbito doméstico, entendido como espaço de convívio com indivíduos que possuem ou não vínculo familiar, no âmbito familiar, formado por indivíduos unidos por laços naturais ou por consideração, e no âmbito das relações íntimas de afeto, envolvendo o parceiro atual ou ex-parceiro^(3,4,5,6).

Segundo a Lei Maria da Penha⁽⁴⁾, a violência doméstica se apresenta nas formas de violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. A violência física caracteriza-se por qualquer ação ou conduta que utilize força física ou arma, violando a integridade corporal da vítima. Exemplos incluem espancamento, tortura e estrangulamento, ou qualquer ação que resulte em ferimentos e lesões^(3,4,5,6).

A violência sexual envolve ações de natureza sexual que obrigam a vítima a presenciar, manter ou participar de relações sexuais não consentidas, por meio de intimidação, coação ou uso da força. Exemplos incluem estupro, práticas sexuais indesejadas e coerção ao aborto^(4,5,6).

Entende-se como violência psicológica qualquer conduta ou ação que cause danos emocional à vítima, incluindo humilhações, ameaças e chantagens^(4,5,6). Essa violência, segundo Minayo⁽⁷⁾, compromete a saúde mental da mulher, gerando sofrimento emocional, baixa autoestima, depressão e até risco de suicídio. Por ser menos visível, tende a ser negligenciada tanto pelas vítimas quanto pelos serviços de saúde e justiça⁽⁷⁾. Esse tipo de violência tem sido mais reconhecido atualmente, especialmente após sua criminalização em 2021⁽¹⁾.

Enquanto a violência psicológica tem como objetivo afetar a saúde mental da vítima, a violência moral busca "manchar" sua reputação. Essa última é entendida como qualquer ação do agressor que se enquadre nos crimes de calúnia (art. 138 do Código Penal), injúria (art. 140 do Código Penal) e difamação (art. 139 do Código Penal), podendo ocorrer por meio de acusações de traição ou críticas inadequadas em público^(4,5,6).

Por fim, a violência patrimonial se configura pela retenção, apropriação ou destruição de bens da vítima, podendo se manifestar como roubo, controle financeiro, destruição de documentos ou instrumentos de trabalho, entre outros^(4,5,6).

A violência doméstica, especialmente em suas formas psicológica, moral e patrimonial, representa um grave problema de saúde pública, cujas implicações ultrapassam o campo jurídico e atingem diretamente a saúde física, mental e social das vítimas⁽⁷⁾. Diante desse exposto, este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura científica sobre violência doméstica nos âmbitos psicológico, moral e patrimonial em busca de compreender o impacto dessas violências nas vítimas e as respostas institucionais.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa. A escolha dessa metodologia se deu por seu objetivo de reunir, analisar e sintetizar estudos existentes sobre um tema específico. Além de oferecer uma visão ampla e atualizada sobre o assunto em estudo, essa abordagem é flexível, permitindo a inclusão de estudos com diferentes metodologias, como experimentais, não experimentais, qualitativos e quantitativos, o que possibilita uma análise crítica e integradora⁽⁸⁾.

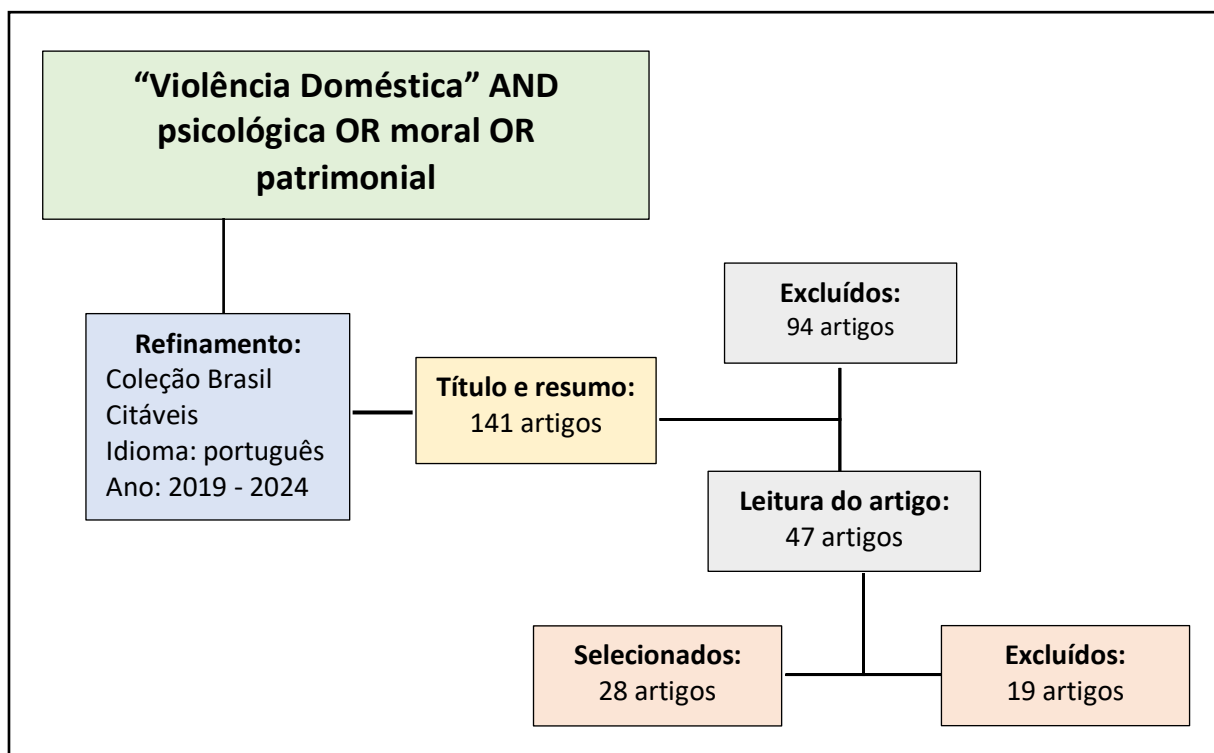
O levantamento bibliográfico para este trabalho foi realizado na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A escolha da plataforma para a pesquisa sobre violência de gênero e saúde, em especial a violência doméstica, fundamenta-se em sua ampla cobertura de estudos multidisciplinares e regionais, como questão central de saúde pública, evidenciando impactos como depressão, doenças ginecológicas e consequências na gravidez⁽⁹⁾. Além disso, promove debates sobre a atuação intersetorial necessária no cuidado às vítimas⁽¹⁰⁾ e discute desafios metodológicos, éticos e estruturais como a fragmentação dos sistemas de informação e subnotificação dos casos⁽¹¹⁾.

Embora outras bases de dados também ofereçam estudos relevantes sobre o tema, a delimitação à SciELO se justifica pela sua representatividade na divulgação da produção científica brasileira e latino-americana, favorecendo uma análise contextualizada da violência doméstica. Essa combinação de rigor científico, contexto sociocultural e abrangência temática torna a SciELO especialmente indicada para estudos que busquem compreender e enfrentar a violência contra as mulheres sob a perspectiva da saúde.

A busca bibliográfica foi realizada em três fases (Figura 1). A primeira fase teve como objetivo identificar estudos que abordassem as diferentes formas de violência doméstica, com ênfase na psicológica, moral e patrimonial. Para isso, aplicou-se o descritor “violência doméstica” *AND* “psicológica” *OR* “moral” *OR* “patrimonial” e utilizou-se os filtros: coleção Brasil, artigos citáveis, escrito em português e publicados entre os anos de 2019 e 2024. A busca resultou em 141 artigos.

A segunda fase consistiu na leitura dos títulos e resumos dos artigos. Com o auxílio do aplicativo *Rayyan*, os títulos e resumos foram analisados e os artigos que correspondiam ao tema e objetivos do trabalho foram encaminhados para a pasta “*included*”, enquanto os que não atendiam aos critérios foram direcionados para a pasta “*exclude*”. Esse processo resultou na seleção de 47 artigos para a terceira fase, que envolveu a leitura completa dos textos. Após essa leitura, 19 artigos foram excluídos, pois usavam o termo “violência” de maneira abrangente, sem especificar a qual tipo de violência estavam se referindo.

Figura 1. Fluxograma do processo de levantamento dos artigos



Fonte: Elaboração própria, Brasília, 2024.

Para esta pesquisa, foram selecionados artigos que abordavam a violência doméstica no âmbito psicológico, moral e patrimonial, perpetrada por parceiro íntimo. Foram excluídos 113 artigos os quais tratavam apenas da violência física e/ou sexual, bem como aqueles que mencionam as violências psicológicas, morais e patrimoniais apenas no contexto da definição legal estabelecida pela Lei Maria da Penha, garantindo, assim, que a pesquisa se concentrasse nas violências que são o foco deste estudo.

Resultados e discussão

Ao todo, foram analisados 28 artigos, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados na base SciELO para compor a revisão integrativa da literatura

Nº	Título do artigo	Objetivo	Autor (es)	Ano
1	Violência doméstica contra as mulheres: vivência dos profissionais da Atenção Primária à Saúde ⁽¹²⁾ .	Analisar como os profissionais da Atenção Primária à Saúde vivenciam a violência doméstica contra as mulheres.	Rodrigues PS, Araújo LF, Vernesque JRS, Souza AP, Alarcon MFS, Higa EFR, <i>et al.</i>	2024
2	O significado da atenção à mulher vítima de violência doméstica no contexto da Atenção Primária à Saúde ⁽¹³⁾ .	Compreender o significado da atenção às mulheres vítimas de violência doméstica sob a ótica dos profissionais da Atenção Primária à Saúde.	Machineski GG.	2023
3	O comportamento em informação de mulheres vítimas de violência doméstica: análise das barreiras sociais de acesso à informação na perspectiva de Chatman ⁽¹⁴⁾ .	Descrever as circunstâncias que encorajaram mulheres vítimas de violência doméstica a buscarem informações.	Silva NFN, Presser NH, Lima IF.	2023
4	Violência doméstica em professores da rede pública estadual durante a pandemia da COVID-19 ⁽¹⁵⁾ .	Analisar os fatores associados ao aumento da violência doméstica entre professores no período inicial na pandemia.	Bicalho ACS, Santos AJC, Silva GOM, Costa LS, Oliveira NG; Nascimento TS, <i>et al.</i>	2023
5	Estrutura de pensamento social de agentes comunitárias de saúde sobre violência doméstica contra a mulher ⁽¹⁶⁾ .	Descrever a estrutura representacional de agentes comunitários de saúde sobre violência doméstica contra a mulher.	Machado JC, Santos CS, Gomes AMT, Boery RNSO, Rodrigues VP, Vilena ABA.	2023
6	Pandemia da COVID-19 e o aumento da violência doméstica em território vulnerável: uma resposta de base comunitária ⁽¹⁷⁾ .	Discutir o aumento da violência doméstica na Vila dos Pescadores durante esse período e as formas de enfrentamento encontradas pela comunidade.	Souza JB, Castro-Silva CR.	2022
7	COVID-19 as a gender market issue: is it a call for action against vulnerability? ⁽¹⁸⁾	Compreender como as relações entre as práticas de mercado podem gerar discussões sobre questões sociais, tais como, a vulnerabilidade de mulheres frente à violência doméstica	Luna CP, Silva RO, Barros DF.	2022
8	Vida(s) Maria(s): a história de uma mulher e os (re)tratos da violência em narrativas contadas ⁽¹⁹⁾ .	Compreender como as relações entre as práticas de mercado podem gerar discussões sobre questões sociais, tais como, a vulnerabilidade de mulheres frente à violência doméstica.	Custódio MA, Tavares KNLB.	2022

9	Permanência de mulheres em relacionamentos violentos: desvelando o cotidiano conjugal ⁽²⁰⁾ .	Desvelar a permanência de mulheres em um cotidiano conjugal violento.	Gomes NP, Carneiro JB, Almeida LCG, Costa DSG, Campos LM, Vlirgens IR, <i>et al.</i>	2022
10	“EMPODEREENF” construção de aplicativo para educação permanente de enfermeiros sobre violência psicológica contra a mulher ⁽²¹⁾ .	Construir um protótipo de aplicativo móvel sobre violência psicológica contra a mulher para facilitar a educação permanente de enfermeiros.	Magalhães BC, Silva MMO, Silva CF.	2022
11	Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de COVID-19 ⁽²²⁾ .	Problematizar o aumento da violência doméstica contra a mulher no contexto de isolamento social pela pandemia de COVID-19.	Souza L de J, Farias R de CP.	2022
12	Violência cometida pelo parceiro íntimo: estudo observacional com mulheres atendidas no Sistema Único de Saúde ⁽²³⁾ .	Determinar a prevalência e os tipos de violência sofridos pelas mulheres e identificar as atitudes de gênero relacionadas à situação.	Formiga K, Zaia V, Vertamatti M, Barbosa CP.	2021
13	Power devices used by nurses to fight domestic violence against women ⁽²⁴⁾ .	Identificar os dispositivos de poder utilizados pelos enfermeiros para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher sob a perspectiva do exercício da parresia.	Amarijo CL, Silva CD, Acosta DF, Cruz VD, Barlem JGT, Barlem ELD.	2021
14	Moradia, patrimônio e sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contextos de violência doméstica contra a mulher ⁽²⁵⁾ .	Examinar as trajetórias de moradia de mulheres antes, durante e depois de relacionamentos abusivos e em situações aparentemente não violentas no Recife.	Ludemir R, Souza F.	2021
15	Associação entre a violência e as características socioeconômicas e reprodutivas da mulher ⁽²⁶⁾ .	Verificar a associação entre a violência perpetrada por parceiro íntimo ao longo da vida e as características socioeconômicas e reprodutivas da mulher.	Leite FMC, Venturin B, Amorim MHC, Bubach S, Gigante DP.	2021
16	O distanciamento social em tempos de COVID-19: uma análise de seus rebatimentos em torno da violência doméstica ⁽²⁷⁾ .	Analisar os rebatimentos do distanciamento social em tempos de COVID-19 em torno da violência doméstica.	Marcolino E de C, Santos RC dos, Clementino F de S, Leal CQAM, Soares MC da S, Miranda FAN de, <i>et al.</i>	2021
17	A violência doméstica e racismo contra mulheres negras ⁽²⁸⁾ .	Verificar, por meio de entrevistas, se existiram inscrições da introjeção do ideal de brancura em suas subjetividades e avaliar em que contextos apareceram o	Carrijo C, Martins AP.	2020

		racismo e a violência doméstica em suas vidas.		
18	Violência doméstica contra a mulher - com a fala, eles, os homens autores da violência ⁽²⁹⁾ .	Analisar a alegação apresentada por homens autores de violência doméstica, contra as suas companheiras (ou ex-companheiras), pelo cometimento de seus atos.	Einhardt A, Sampaio SS.	2020
19	Depressão como mediadora da relação entre violência por parceiro íntimo e dificuldades sexuais após o parto: uma análise estrutural ⁽³⁰⁾ .	Avaliar associação entre violência por parceiro íntimo (VPI) anterior ao parto e dificuldades na esfera da sexualidade no período pós-parto.	Sussmann LGPR, Faisal-Cury A, Pearson R.	2020
20	Violências por parceiro íntimo na gestação: prevalências e fatores associados ⁽³¹⁾ .	Identificar a prevalência das violências durante a gestação e verificar a associação com as características socioeconômicas, comportamentais e clínicas da gestante.	Silva RP, Leite FMC.	2020
21	Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017 ⁽³²⁾ .	Analisar as notificações de violência por parceiro íntimo (VPI) contra mulheres.	Macarenhas MDM, Tomaz GR, Meneses GMS, Rodrigues MTP, Pereira VOM, Corassa RB.	2020
22	Perfil dos parceiros íntimos de violência doméstica: uma expressão da questão social brasileira ⁽³³⁾ .	Pesquisar características dos parceiros íntimos que praticam violência doméstica contra a mulher.	Gedrat DC, Silveira EF, Neto HA.	2020
23	Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo ⁽³⁴⁾ .	Discute os desafios da assistência à violência contra a mulher (VCM) no início da pandemia de SARS-CoV-2/COVID-19	Campos B, Tchalekian B, Paiva V.	2020
24	Caracterização, reincidência e percepção de homens autores de violência contra a mulher sobre grupos reflexivos ⁽³⁵⁾ .	Caracterizar homens autores de violência contra mulheres (HAV) que participaram de Grupos Reflexivos (GR) do Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem ao Autor de Violência Doméstica e Familiar (NEAH) em Belém-PA, com destaque para a reincidência e a percepção dos HAV sobre os GR.	Vasconcelos CSS, Cavalcante LIC.	2019
25	O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar ⁽³⁶⁾ .	Analisar a produção acadêmica nacional sobre o tema a partir da literatura especializada e relatórios nacionais.	Nothhaft RJ, Beiras A	2019

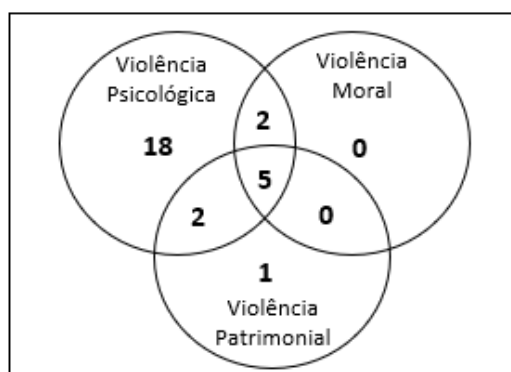
26	O cuidado do agressor familiar frequente: revisão integrativa da literatura ⁽³⁷⁾ .	Identificar as principais literaturas científicas sobre o cuidado prestado ao agressor familiar frequente e apresentar as experiências exitosas mais relevantes.	Ferreira MNX, Hino P, Taminato M, Fernandes H.	2019
27	Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária ⁽³⁸⁾ .	Verificar associação entre a história de violência contra a mulher e características sociodemográficas e comportamentais do parceiro íntimo.	Leite FMC, Luis MA, Amorim MHC, Maciel ELN, Gigante DP.	2019
28	Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral ⁽³⁹⁾ .	Conhecer a realidade vivida por essas mulheres-mães negras em situação de vulnerabilidade e/ou violência doméstica que tiveram os filhos acolhidos institucionalmente por medida de proteção, refletindo acerca dos desafios para garantir seus direitos e enfrentar essas desigualdades, social e historicamente construídas.	Cleto M, Covolan N, & Signorelli MC.	2019

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Após a análise,, os artigos selecionados foram categorizados em três grupos temáticos: violência psicológica, violência moral e violência patrimonial. No total, 27 artigos abordaram a violência psicológica, sete a violência moral e oito a violência patrimonial, sendo que alguns artigos abrangem mais de uma categoria^(12,13,17,18,27,28,29,33,34). Essa classificação permitiu uma análise mais detalhada das diversas manifestações da violência doméstica, destacando a complexidade e as interações entre essas formas de agressão.

Durante a análise dos artigos, identificaram-se intersecções entre diferentes tipos de violência presentes em um mesmo texto (Figura 2). Essas sobreposições revelam o caráter multidimensional e frequentemente interligado das agressões no contexto doméstico, evidenciando como distintas formas de violência tendem a coexistir e se reforçar mutuamente⁽³⁾.

Figura 2. Quantidade de artigos e as violências que abordam



Fonte: Elaboração própria, Brasília, 2024.

Quanto à metodologia empregada, 25 artigos se utilizaram de entrevistas estruturadas ou semiestruturadas para a coleta de dados. Dentre esses, cinco abordavam a perspectiva dos profissionais de saúde sobre o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, 14 exploraram o ponto de vista das mulheres vítimas, e seis exploraram a visão dos parceiros agressores. Esses dados proporcionam uma compreensão mais aprofundada dos diferentes olhares sobre a violência doméstica.

Dos três artigos que não adotaram entrevistas estruturadas ou semiestruturadas como metodologia, um realizou análise de dados provenientes das denúncias registradas nos canais ‘Disque 100’ e ‘Ligue 180’⁽²²⁾. Outro artigo empregou abordagem lexicográfica e análise de conteúdo textual de notícias nacionais publicadas em quatro jornais online⁽²⁷⁾. O terceiro concentrou-se na avaliação de iniciativas de enfrentamento à violência doméstica implementadas durante o período da pandemia de COVID-19⁽¹⁸⁾.

Entre os 28 artigos, foram identificados 108 autores, dos quais eram 20 homens e 88 mulheres. As autoras que mais publicaram sobre o tema foram Franciéle Marabotti Costa Leite, com três artigos, seguida por Maria Helena Costa Amorim e Denise Petrucci Gigante, que participaram de dois artigos cada, em colaboração com Franciéle Marabotti Costa Leite.

Em relação às revistas, a Revista Brasileira de Epidemiologia foi a que mais publicou sobre o tema, com três artigos. A seguir, com dois artigos cada, estão a Revista de Saúde Coletiva, a Texto e Contexto da Enfermagem e a Revista de Estudos Feministas. As demais revistas publicaram apenas um artigo sobre o tema.

Quanto aos anos das publicações, 2020 foi o ano com maior número de artigos, totalizando sete. Desses, três artigos tiveram como foco a violência psicológica^(30,31,32), dois relacionando a violência psicológica e a moral^(33,34), um relacionando a violência psicológica e a patrimonial⁽²⁹⁾ e um relacionando os três tipos de violência⁽²⁸⁾. O ano de 2024, por sua vez, teve a menor produção, com apenas um artigo publicado relacionando os três tipos de violência e a perspectiva dos profissionais de saúde⁽¹²⁾.

Em 2019, foram publicados cinco artigos, onde todos abordam a violência psicológica^(35,36,37,38,39). No ano de 2021, também foram publicados cinco artigos, sendo um com foco na violência patrimonial⁽²⁵⁾ e três voltados para a violência psicológica^(23,24,26), e um artigo relacionando os três tipos de violência no contexto da pandemia⁽²⁷⁾.

No ano seguinte, 2022, o número de publicações aumentou para seis, sendo quatro artigos sobre a violência psicológica, onde um se apresenta no contexto de criação de mecanismos para auxiliar os profissionais da saúde na identificação da violência⁽²¹⁾, um analisando dados do “disque 100” no contexto da pandemia⁽²²⁾, e dois relacionados a perspectiva das vítimas^(19,20). Os outros dois artigos fazem a relação dos três tipos de violência no contexto da pandemia na perspectiva das vítimas^(17,18).

Já em 2023, foram publicados quatro artigos, dos quais três abordaram a violência psicológica, sendo um voltado para a percepção dos profissionais de saúde⁽¹⁶⁾, um tratou da vítima durante a pandemia⁽¹⁵⁾ e um na percepção da vítima⁽¹⁴⁾. O outro artigo relaciona a violência psicológica e patrimonial com a percepção dos profissionais da saúde⁽¹³⁾.

Quadro 2. Relação: ano de publicação, quantidade, tipos de violências e a percepção/contexto com base nas informações dos artigos

Ano	Quantidade de artigos/ano	Tipos de violência			Quantidade de artigos/tema	Percepção e contexto
		PSI	MOR	PAT		
2019	5	X			3	Percepção do agressor
					2	Percepção da vítima.
2020	7	X			3	Percepção da vítima.
		X	X		1	Percepção da vítima no contexto de pandemia.
					1	Percepção do agressor.
		X		X	1	Percepção do agressor.
		X	X	X	1	Percepção da vítima com recorte racial.
2021	5	X			1	Perspectiva do profissional da saúde no enfrentamento da violência doméstica.
					2	Percepção da vítima.
				X	1	Percepção da vítima.
		X	X	X	1	No contexto da pandemia.
2022	6	X			1	Criação de mecanismos para auxiliar os profissionais da saúde na identificação da violência.
					1	Analisando dados do “disque 100” no contexto da pandemia.
					2	Perspectiva da vítima.
		X	X	X	2	Percepção da vítima no contexto da pandemia.
2023	4	X			1	Percepção do profissional da saúde.
					1	Percepção da vítima no contexto da pandemia.
					1	Percepção da vítima.
		X		X	1	Percepção dos profissionais da saúde.
2024	1	X	X	X	1	Percepção dos profissionais da saúde.

Fonte: Elaboração própria, Brasília, 2024.

Geralmente as formas de violência impactam profundamente o psicológico da vítima. Nesse contexto, a violência psicológica é considerada o ponto de partida para as outras formas de violência, como a física, a sexual e as que serão abordadas nesta pesquisa. A violência, em grande parte dos casos, é vista como um fenômeno escalável, em que a violência psicológica precede as manifestações mais graves, gerando um ciclo contínuo de sofrimento e danos à saúde mental e física da vítima^(1,3,32). Em razão de ser o tipo de violência predominante dos artigos selecionados para esta pesquisa, iniciaremos essa seção com a violência psicológica, seguida da violência moral e, por fim, a violência patrimonial.

Violência Psicológica

Além das características individuais e contextuais que aumentam a vulnerabilidade à violência psicológica, os estudos apontam que fatores estruturais, culturais e institucionais desempenham papel central na sua perpetuação. A desigualdade de gênero, combinada com normas sociais que naturalizam o controle masculino e desvalorizam a experiência subjetiva das mulheres, cria barreiras sutis, porém, eficazes para o reconhecimento e a denúncia desse tipo de abuso^(14,17,22,28). A interseccionalidade emerge como fator amplificador, evidenciando que mulheres negras, em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou responsáveis por filhos, enfrentam obstáculos adicionais para acessar mecanismos formais de proteção ou apoio comunitário^(14,23,26,31,35). Tais condições ressaltam a necessidade de políticas públicas integradas, que vão além da mera repressão da violência, incluindo promoção de saúde mental, autonomia econômica, segurança habitacional e articulação entre saúde, assistência social, educação e sistema de justiça.

No campo da prevenção e intervenção, a literatura destaca estratégias inovadoras voltadas especificamente à violência psicológica, que podem ser sistematizadas e ampliadas. Iniciativas comunitárias, como grupos de apoio e rodas de conversa, têm se mostrado eficazes no fortalecimento do empoderamento feminino, na construção de redes de solidariedade e na diminuição do isolamento social das vítimas. Paralelamente, programas educativos dirigidos a autores de violência apresentam potencial na modificação de comportamentos abusivos, contribuindo para a redução da reincidência^(35,36).

A incorporação de tecnologias digitais, exemplificada pelo uso de aplicativos de denúncia e monitoramento, representa um avanço na acessibilidade a mecanismos de proteção, ao mesmo tempo em que possibilita a coleta de dados epidemiológicos essenciais para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências^(18,21). Esses achados reforçam que o enfrentamento da violência psicológica exige abordagens intersetoriais, contínuas e sensíveis às desigualdades sociais, promovendo não apenas a proteção imediata das vítimas, mas, também, a transformação de normas culturais que naturalizam o abuso e dificultam sua interrupção.

No caso de mulheres gestantes, estudos indicam que a violência psicológica, perpetrada por seus parceiros, tende a se intensificar, enquanto as agressões físicas e sexuais, apresentam uma redução^(30,31). Essa mudança no padrão de violência sugere uma adaptação comportamental do agressor ao período gestacional, mantendo o controle por meio de estratégias menos visíveis e mais difíceis de detectar. Tal evidência reforça a necessidade de reconhecer a violência psicológica como uma forma sofisticada e persistente de abuso.

Outro aspecto importante evidenciado na literatura diz a naturalização da violência no âmbito intrafamiliar, vivenciada desde a infância. Nesses casos, a violência é tão presente em seu cotidiano que, frequentemente, as mulheres se culpam pela violência sofrida, dificultando sua identificação como algo a ser enfrentado. Essa dificuldade é ainda mais acentuada em contextos nos quais o agressor é o pai de seus filhos, intensificando os vínculos afetivos e os dilemas morais envolvidos. Como resultado, muitas permanecem nos relacionamentos abusivos, os quais podem evoluir para formas mais graves de violência, como as agressões físicas, a sexual e, em situações extremas, o feminicídio^(1,19,25,28,29,31,32,33,35). Esse ciclo intergeracional de violência revela não apenas a repetição de padrões, mas também a ausência de políticas públicas voltadas à educação emocional, ao fortalecimento de vínculos familiares saudáveis e à construção de redes de apoio que permitam à mulher romper com o ciclo abusivo.

No que se refere ao perfil do agressor, a literatura aponta como característica recorrente o uso de álcool e outras drogas, ciúme excessivo e comportamento controlador. Destaca-se, também, que os agressores, assim como as vítimas, vivenciaram ou presenciaram situações de violência doméstica durante a infância, o que contribui para a reprodução dos padrões abusivos nas relações interpessoais. A violência psicológica se intensifica nos momentos em que o agressor sente que está perdendo o controle da situação e direciona à parceira a culpa pela sensação de descontrole^(17,23,26,29,32,33,35,38). Essas violências se manifestam, principalmente, por meio de desqualificar a vítima, ameaças e perseguição^(13,19,20,36,39). A recorrência desses comportamentos aponta para a necessidade de estratégias preventivas que envolvam a saúde mental e a educação de crianças e adolescentes, visando interromper a reprodução da violência como forma de relação interpessoal.

Destaca-se, que embora o perfil predominante seja o das mulheres em situação de vulnerabilidade, também existem mulheres com maior renda e escolaridade que sofrem o estigma de denunciar os abusos por vergonha e medo da exposição. Sendo assim, a violência não está associada à etnia e classe social^(14,19,24,30). Esse dado reforça que a violência doméstica é um fenômeno transversal, que atinge diferentes grupos sociais, e que as barreiras para a denúncia variam conforme o contexto, exigindo políticas públicas sensíveis às especificidades de cada realidade.

A violência psicológica provoca consequências tanto físicas quanto mentais, as quais impactam a saúde das vítimas. Muitas mulheres desenvolvem transtornos psicológicos como depressão, ansiedade e, em casos mais graves, podem apresentar ideação suicida ou até tentar o suicídio^(20,30,31,32). As unidades de Atenção Primária à Saúde (APS) deveriam ser a porta de entrada para o acolhimento dessas mulheres, mas essa ainda não é a realidade. Os casos que chegam às APS, geralmente, são por procura da vítima ou por meio do Agente Comunitário de Saúde, por serem os profissionais que estão presentes no território, facilitando uma possível aproximação com as vítimas^(12,13,16,21,24). A dificuldade de identificação dos casos revela lacunas na formação dos profissionais e na articulação intersetorial, comprometendo a efetividade da assistência.

Ainda existe a dificuldade dos profissionais da APS em identificar os casos de violências psicológicas e consequentemente a incapacidade em saber quais os dispositivos para a proteção dessa mulher devem ser utilizados. Além disso, os artigos^(12,13,16,21,24,32) apresentam que é necessário que haja uma integração mais eficaz intersetorialmente para que a assistência a essas mulheres ocorra de forma a garantir a segurança em todos os aspectos. A ausência de protocolos claros e de fluxos bem definidos entre os serviços de saúde, assistência social e segurança pública compromete a resposta institucional à violência, exigindo investimentos em capacitação, infraestrutura e articulação entre os setores.

Durante a pandemia de COVID-19, houve um aumento nas ocorrências de violência doméstica. O isolamento social fez com que muitas mulheres passassem mais tempo com seus agressores, o que intensificou as situações de abuso^(15,17,18,22,27,34). De acordo com Souza e Farias⁽²²⁾, entre 2019 e 2020, as denúncias feitas por meio dos serviços “Disque 100” e “Ligue 180” foram, em sua maioria, realizadas por mulheres brancas, e os principais agressores eram seus cônjuges, com a violência psicológica sendo a mais prevalente neste grupo.

Em contrapartida, observou-se um aumento nos casos de homicídios e feminicídios envolvendo mulheres negras, o que pode explicar a menor quantidade de denúncias neste grupo. Tendo em vista que em períodos não pandêmicos, as mulheres negras (56%) são as que mais realizam denúncias desse tipo^(22,28). Esse contraste revela desigualdades raciais na forma como a violência é vivenciada e

denunciada, indicando que mulheres negras enfrentam barreiras adicionais, como o racismo institucional e a invisibilidade social, que dificultam o acesso à proteção e à justiça.

Ainda no contexto da pandemia, como tentativa para enfrentar essa realidade do aumento das denúncias de violência doméstica, diversas iniciativas de apoio às vítimas foram lançadas, incluindo campanhas de conscientização e ações de acolhimento. Uma das ações foi a inclusão de um “atalho” para denúncia no aplicativo de compras, uma iniciativa promovida por uma grande rede varejista, que visava oferecer uma forma de auxílio na denúncia, de forma discreta, das mulheres em risco⁽¹⁸⁾.

Outra campanha muito relevante foi a Campanha "Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica", onde as mulheres em situação de violência desenhavam um "X" na palma da mão e o mostravam em estabelecimentos comerciais como pedido de socorro. Essa campanha posteriormente se transformou no Programa Sinal Vermelho, o qual foi instituído pela Lei nº 14.188/2021. Esta lei ampliou a proteção às mulheres ao criminalizar a violência psicológica por meio do art. 147-B do Código Penal⁽⁴⁰⁾. Embora essas iniciativas representem avanços importantes, é necessário avaliar sua efetividade e continuidade, garantindo que não sejam apenas respostas emergenciais, mas parte de uma política pública permanente e estruturada.

Violência Moral

A violência moral, embora muitas vezes abordada de forma implícita na literatura, configura-se como uma dimensão central do abuso psicológico, exercendo efeitos profundos sobre a autoestima, a saúde mental e a inserção social das vítimas^(12,17,18,22,27,28,33,34,37). Ela se manifesta por meio de xingamentos, acusações infundadas de traição, humilhações públicas, difamação e outros crimes contra a honra, constituindo estratégias deliberadas de controle e dominação que reforçam relações de poder desiguais^(22,28,33,37). Estudos indicam^(17,22,28,33) que a violência moral é especialmente prevalente em contextos de convivência próxima, como relações conjugais e familiares, e tende a se intensificar em situações de vulnerabilidade social, econômica ou racial, evidenciando a importância da análise interseccional para compreender a complexidade desse tipo de abuso.

A ausência de protocolos específicos para identificação da violência moral nos serviços de saúde, assistência social e sistemas jurídicos compromete a proteção das vítimas, sendo frequentemente incorporada de maneira residual em programas voltados à violência psicológica, o que limita intervenções eficazes. Ademais, a invisibilidade legal e conceitual dessa forma de violência dificulta a denúncia, favorece a impunidade e perpetua a naturalização de comportamentos abusivos, criando um ciclo silencioso de opressão. Assim, torna-se urgente que pesquisas futuras aprofundem a caracterização da violência moral, definam indicadores claros de reconhecimento e integrem sua análise em políticas públicas, programas de prevenção e estratégias intersetoriais de proteção, garantindo respostas estruturadas que considerem a complexidade do fenômeno e promovam justiça e equidade social para as vítimas^(12,17,18,22,27,28,33,34,37).

Violência Patrimonial

Os textos trazem a violência patrimonial como uma das que tem poucas ocorrências⁽³²⁾. Algumas dessas têm como consequência a dependência financeira da mulher em relação ao parceiro, configurando como uma forma de dominação e controle^(12,27,28). Esta dependência mina a esperança da mulher fazendo com que se mantenha dentro do relacionamento violento. Esse tipo de abuso também

se apresenta com destruição de objetos pessoais (roupas, documentos civis, telefone e objetos de valor) com o objetivo de dificultar que as vítimas prestem queixa das outras violências sofridas⁽²⁵⁾.

O estudo de Ludermir e Souza⁽²⁵⁾ aborda como as desigualdades de gênero e a dependência econômica aumentam as fragilidades das mulheres, especialmente quando se trata de moradia. A falta de conhecimento sobre os direitos relacionados à propriedade, como equívocos sobre quem é o “dono” de uma casa ou imóvel, e a ausência de documentação que comprove a posse ou contribuição para o patrimônio do casal aumentam a vulnerabilidade dessas mulheres em situações de separação. Muitas delas enfrentam a retenção de bens comuns ou o ocultamento de patrimônio por parte dos parceiros.

No âmbito da saúde, assim como a violência psicológica, a violência patrimonial é muitas vezes difícil de ser identificada, principalmente pelos profissionais da saúde nas APS. No entanto, quando reconhecida, essa violência pode ser tratada de maneira a empoderar a mulher e ajudá-la a romper com o ciclo de abuso. Iniciativas como oficinas de artesanato, promovidas dentro do contexto das APS, visam oferecer à mulher uma forma de emancipação financeira, possibilitando-lhe gerar renda e alcançar uma maior autonomia⁽¹²⁾.

Interseccionalidade, estratégias de enfrentamento e implicações para o direito à saúde

A violência doméstica não física, englobando as dimensões psicológica, moral e patrimonial, constitui uma manifestação complexa de controle e opressão, cujas consequências se estendem para além do imediato, afetando saúde mental, autonomia e inserção social das vítimas^(12,14,17,22,25,28,32,33,37).

A violência psicológica, frequentemente exacerbada em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e marcada por humilhações, ameaças e perseguição, é intensificada pela naturalização de comportamentos abusivos e pelo estigma que recai sobre as mulheres^(19,23,26,31,35).

A violência moral, ainda pouco investigada isoladamente, reforça essas dinâmicas ao corroer a autoestima das vítimas por meio de xingamentos, acusações de traição e crimes contra a honra, perpetuando padrões de submissão e invisibilizando o abuso^(12,17,18,22,27,28,33,34,37).

Paralelamente, a violência patrimonial se manifesta pela retenção de recursos, destruição de bens e limitação da autonomia financeira, consolidando a dependência econômica da mulher e dificultando a denúncia ou o rompimento do ciclo abusivo^(12,25,27,28,32).

A interseccionalidade de gênero, raça, classe social e maternidade amplifica os efeitos dessas formas de violência, evidenciando que mulheres negras, em situação de pobreza ou responsáveis por filhos, enfrentam barreiras adicionais para acessar mecanismos de proteção e romper relações abusivas.

O enfrentamento integrado dessas violências exige articulação intersetorial, inovação e políticas públicas sensíveis às desigualdades estruturais. A literatura aponta que iniciativas comunitárias, como grupos de apoio e rodas de conversa, fortalecem o empoderamento feminino e a construção de redes de solidariedade, enquanto programas educativos voltados a autores de violência têm potencial de reduzir a reincidência^(35,36). A utilização de tecnologias digitais, incluindo aplicativos para denúncia e monitoramento, amplia o acesso a mecanismos de proteção e contribui para coleta de dados epidemiológicos que fundamentam políticas baseadas em evidências^(18,21). Iniciativas de geração de renda e capacitação promovidas em unidades de atenção primária à saúde demonstram como a autonomia financeira pode atuar como instrumento de prevenção da violência patrimonial, ao mesmo tempo em que promove empoderamento psicológico e social. Assim, o enfrentamento efetivo da violência não física requer estratégias integradas que combinem prevenção, proteção e transformação

cultural, visando não apenas à segurança imediata das vítimas, mas também à desconstrução de normas sociais que legitimam o abuso e perpetuam desigualdades estruturais.

A violência não física contra a mulher — psicológica, moral e patrimonial — é uma manifestação insidiosa de controle e dominação, que se inscreve nos corpos e nas vidas das mulheres de maneira silenciosa, mas profundamente destrutiva. Reconhecer essas formas de violência é essencial para a construção de políticas públicas eficazes e sensíveis às especificidades de cada mulher. Nesse contexto, o direito sanitário emerge como um campo fundamental para a efetivação do direito à saúde, especialmente para aquelas em situação de vulnerabilidade. Delduque⁽⁴¹⁾ destaca que a saúde deve ser compreendida como um direito humano fundamental, cuja efetivação depende da articulação entre os diversos setores da sociedade e do Estado, o que exige políticas de saúde que considerem as dimensões sociais, culturais e econômicas que influenciam a saúde das mulheres, especialmente aquelas em situação de violência⁽⁴¹⁾.

Considerações finais

A luta contra a violência não física contra a mulher não se limita ao enfrentamento de atos isolados de agressão, mas requer uma abordagem integrada que envolva a saúde, a educação, a assistência social e a segurança pública. É necessário que os profissionais de saúde, especialmente nas unidades de atenção primária, sejam capacitados para identificar e acolher as mulheres em situação de violência, oferecendo suporte psicossocial e orientações sobre seus direitos.

Além disso, é imperativo que as políticas públicas sejam estruturadas de forma a garantir a autonomia econômica, a segurança habitacional e o acesso a serviços de saúde de qualidade, promovendo a emancipação das mulheres e rompendo o ciclo de violência. Assim, o direito sanitário não é apenas um campo jurídico, mas uma ferramenta estratégica para a promoção da saúde integral das mulheres, reconhecendo e enfrentando as múltiplas dimensões da violência que afetam suas vidas.

Conflito de interesses

As autoras declaram que não há conflito de interesses.

Contribuição dos autores

Santos ENH contribuiu para a concepção/desenho do artigo, análise e interpretação de dados, redação do artigo, revisão crítica de seu conteúdo e aprovação da versão final. Montagner MI contribuiu para a análise e interpretação de dados, revisão crítica de seu conteúdo e aprovação da versão final do artigo. Sartori MC contribuiu para a análise e interpretação de dados, revisão crítica de seu conteúdo e aprovação da versão final do artigo.

Equipe editorial

Editora científica: Alves SMC

Editores assistentes: Cunha JRA, Lemos ANLE

Editores associados: Lamy M, Ramos E

Editor executivo: Teles G

Assistentes editoriais: Mendes DSGJ, Rocha DSS, Rodrigues MESN

Revisora de texto: Barcelos M

Referências

1. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2024 [citado em 2 fev. 2025]. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>

2. Minayo MCS. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cad Saúde Pública. 1994 [citado em 2 fev. 2025]; 10(supl. 1):7-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>

3. Lourenço LM, Baptista MN. Manual EVIPI: Escala de violência entre parceiros íntimos. 1a. São Paulo: Editora Hogrefe; 2017. 64p.
4. Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Presidência da República [Internet]; 2006 [citado em 2 fev. 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm
5. Rio de Janeiro. Cartilha sobre a Lei Maria da Penha. Rio de Janeiro: Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; jul. 2019 [Internet]. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/6808048/cartilha-maria-penha-julho-2019.pdf/22213c87-43ec-d04c-424d-606bd6883be6?version=1.0>
6. Distrito Federal. Tipos de violência. Observatório da mulher [Internet] [citado em 2 fev. 2025]. Disponível em: <https://www.observatoriodamulher.df.gov.br/tipos-de-violencia-2/>
7. Minayo MCS. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413807>
8. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enferm [Internet]. Dez. 2008 [citado em: 2 fev. 2025];17(4):758–64. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
9. Schraiber LB, d'Oliveira AFLP. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. Interface (Botucatu) [Internet]. Ago. 1999 [citado em 2 fev. 2025]; 3(5):13-26. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32831999000200003>
10. De Alcantara PPT, Carneiro FF, Pessoa VM, Pinto AGA, Machado MFAS. Cuidado integral às mulheres vítimas de violência. Ciênc saúde coletiva [Internet]. 2024 [citado em 2 fev. 2025]; 29(9):453-458. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000200027>
11. Okabe I, da Fonseca RMGS. Violência contra a mulher: contribuições e limitações do sistema de informação. Rev esc enferm USP [Internet]. Jun. 2009 [citado em 2 fev. 2025]; 43(2):453-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000200027>
12. Rodrigues PS, Araujo LF, Vernasque JRS, de Souza AP, Alarcon MFS, Higa EFR, et al. Violência doméstica contra as mulheres: vivências dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. Texto Contexto – Enferm [Internet]. 2024 [citado em 2 fev. 2025]; 33:1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0403pt>
13. Machineski GG. O significado da atenção à mulher vítima de Violência Doméstica no contexto da Atenção Primária à Saúde. Saúde em Debate [Internet]. 2023 [citado em 2 fev. 2025]; 47(139):931-940. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313915>
14. Da Silva NFN, Presser NH, de Lima IF. O comportamento em informação de mulheres vítimas de violência doméstica: análise das barreiras sociais de acesso à informação na perspectiva de Chatman. Em Quest [Internet]. 2023 [citado em 2 fev. 2025]; 29:1-29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.125152>
15. Bicalho ACS, Santos AJC, Silva GOM, da Costa LS, de Oliveira NG, Nascimento TS, et al. Violência doméstica em professores da rede pública estadual durante a pandemia da COVID-19. J Bras Psiquiatr [Internet]. 2023 [citado em 2 fev. 2025]; 72:37-44. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000402>
16. Machado JC, Santos CS, Gomes AMT, Boery RNSO, Rodrigues VP, Vilela ABA. Estrutura de pensamento social de agentes comunitárias de saúde sobre violência doméstica contra a mulher. Ciênc Saúde Coletiva [Internet]. 2023 [citado em 2 fev. 2025]; 28:1663-73. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023286.14592022>
17. De Souza JB, de Castro-Silva C. Pandemia da covid-19 e o aumento da violência doméstica em território vulnerável: uma resposta de base comunitária. Saúde Soc [Internet]. 2022 [citado em 2 fev. 2025]; 31(4):1-11. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022220227pt>
18. Luna CP, Silva ROD, Barros DF. COVID-19 as a gender market issue: is it a call for action against vulnerability? Cadernos EBAPEBR [Internet]. 2022 [citado em 2 fev. 2025]; 20(3):369-386. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120210051x>
19. Custódio MA, Tavares KNLB. Vida(s) Maria(s): a história de uma mulher e os (re)tratos da violência em narrativas contadas. Psicol USP [Internet]. 2022 [citado em 2 fev. 2025]; 33:1-10. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200129>
20. Gomes NP, Carneiro JB, de Almeida LCG, da Costa DSG, Campos LM, Virgens IR, et al. Permanência de mulheres em relacionamentos violentos: desvelando o cotidiano conjugal. Cogitare Enferm [Internet]. 2022 [citado em 2 fev. 2025]; 27:1-10. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.78904>
21. Magalhães BC, Silva MMO, Silva CF, Alcântara PPT, Oliveira CAN, Araújo MM, et al. “EMPODEREENF”: construction of an application for nurses’ continuing education on psychological violence against women. Rer. Bras. Enferm [Internet]. 2022 [citado em 2 fev. 2025]; 75(5):1-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0391pt>
22. Souza LJ, Farias RCP. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19. Serv. Soc Soc [Internet]. 2022 [citado em 2 fev.

2025]; (144):213-32. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/0101-6628.288>

23. Formiga K, Zaia V, Vertamatti M, Barbosa CP. Violência cometida pelo parceiro íntimo: estudo observacional com mulheres atendidas no Sistema Único de Saúde. Einstein São Paulo [Internet]. 2021 [citado em 2 fev. 2025]; 19:1-7. Disponível em: https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2021AO6584

24. Amarijo CL, Silva CD, Acosta DF, Cruz VD, Barlem JGT, Barlem ELD. Dispositivos de poder utilizados por enfermeiros para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Texto Contexto – Enferm [Internet]. 2021 [citado em 2 fev. 2025]; 30:1-12. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0389>

25. Ludermit R, de Souza F. Moradia, patrimônio e sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contextos de violência doméstica contra a mulher. Rev Bras Estud Urbanos E Reg [Internet]. 2022 [citado em 2 fev. 2025]; 23:1-25. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202126>

26. Leite FMC, Venturin B, Amorim MHC, Bubach S, Gigante DP. Associação entre a violência e as características socioeconômicas e reprodutivas da mulher. Cad Saúde Coletiva [Internet]. 2021 [citado em 2 fev. 2025]; 29:279-289. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202129020387>

27. Marcolino EC, dos Santos RC, Clementino FS, Leal CQAM, Soares MCS, de Miranda FAN, et al. O distanciamento social em tempos de Covid-19: uma análise de seus rebatimentos em torno da violência doméstica. Interface - Comun Saúde Educ [Internet]. 2021 [citado em 2 fev. 2025]; 25:1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.200363>

28. Carrijo C, Martins PA. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. Rev Estud Fem [Internet]. 2020 [citado em 2 fev. 2025]; 28:1-14. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260721>

29. Einhardt A, Sampaio SS. Violência doméstica contra a mulher - com a fala, eles, os homens autores da violência. Serviço Soc Soc [Internet]. 2020 [citado em 2 fev. 2025]; (138):359-378. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.217>

30. Sussmann LGPR, Faisal-Cury A, Pearson R. Depressão como mediadora da relação entre violência por parceiro íntimo e dificuldades sexuais após o parto: uma análise estrutural. Rev Bras Epidemiol [Internet]. 2020 [citado em 2 fev. 2025]; 23:1-12. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200048>

31. Silva RP, Leite FMC. Violências por parceiro íntimo na gestação: prevalências e fatores associados. Rev Saúde Pública [Internet]. 2020 [citado em 2 fev. 2025]; 54:1-12. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002103>

32. Mascarenhas MDM, Tomaz GR, de Meneses GMS, Rodrigues MTP, Pereira VOM, Corassa RB. Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. Rev Bras Epidemiol [Internet]. 2020 [citado em 2 fev. 2025]; 23 (Supl. 1):1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1>

33. Gedrat DC, da Silveira EF, de Almeida Neto H. Perfil dos parceiros íntimos de violência doméstica: uma expressão da questão social brasileira. Serviço Soc Soc [Internet]. 2020 [citado em 2 fev. 2025]; (138):342-358. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.216>

34. Campos B, Tchalekian B, Paiva V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo. Psicol Soc [Internet]. 2020 [citado em 2 fev. 2025]; 32:1-20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240336>

35. Vasconcelos CSS, Cavalcante LIC. Caracterização, reincidência e percepção de homens autores de violência contra a mulher sobre grupos reflexivos. Psicol. Soc [Internet]. 2019 [citado em 2 fev. 2025]; 31:1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31179960>

36. Nothaft RJ, Beiras A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? Rer. Estud. Fem [Internet]. 2019 [citado em 2 fev. 2025]; 27(3):1-14. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356070>

37. Ferreira MNX, Hino P, Taminato M, Fernandes H. O cuidado do agressor familiar frequente: revisão integrativa da literatura Acta Paulista de Enferm [Internet]. 2019 [citado em 2 fev. 2025]; 32(3):334-40. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201900046>

38. Leite FMC, Luis MA, Amorim MHC, Maciel ELN, Gigante DP. Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. Rev. Bras. de Epidem [Internet]. 2019 [citado em 2 fev. 2025]; 22:1-14. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201900056>

39. Cleto M, Covolan N, Signorelli MC. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral. Saúde e Soc [Internet]. 2019 [citado em 2 fev. 2025]; 28(3):157-170. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170922>

40. Souza M. Crime de violência psicológica contra a mulher (Lei 14.188/2021) é incluído no Código Penal. JusBrasil [Internet]. 2021 [citado em 2 fev. 2025]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/crime-de-violencia-psicologica-contra-a-mulher-lei-14188-2021-e-incluido-no-codigo-penal/1259877638>

41. Alves SMC, Lemos AL, Delduque MC. Direito Sanitário: coletânea em homenagem à Profa. Dra. Maria Célia Delduque. Brasília: Matrioska Editora; 2020.

Como citar

Santos ENH, Montagner MI, Sartori MC. Violência doméstica invisível: uma revisão integrativa da literatura sobre violência psicológica, moral e patrimonial. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário. 2025 out./dez.;14(4):81-99 <https://doi.org/10.17566/ciads.v14i4.1320>

Copyright

(c) 2025 Élika Nauanna Henrique Santos, Maria Inez Montagner, Myrian Caldeira Sartori.

